

SINPEEM PROPÕE E REALIZA CAMPANHA UNIFICADA NA DATA-BASE DO FUNCIONALISMO

O SINPEEM propôs e conseguiu a aprovação de 35 entidades para apresentarem uma pauta unificada de reivindicações salariais, tendo em vista as negociações com o governo na data-base do funcionalismo. Sem que nenhuma abra mão de suas reivindicações específicas, foram apresentadas:

- aplicação retroativa de 6,55%, referente à data-base de maio de 2011;
- aplicação retroativa de 4,61%, referente à data-base de maio de 2012;
- aplicação retroativa de 5,6%, referente à data-base de maio de 2013;
- reposição de perdas desde 2013;
- alteração da atual lei salarial;
- fim das terceirizações e parcerias;
- concursos públicos para todos os cargos vagos.

Os índices referentes a 2011 e 2012, constam de Projeto de Lei que tramita na Câmara, apresentado pelas entidades dos servidores em substituição ao PL que fixa em 0,01% os reajustes nestes anos.

Já o percentual de 6,55% corresponde à inflação acumulada entre 2012 e abril de 2013, reivindicado como índice de revisão geral, nos termos da Constituição Federal.

Nas negociações, inicialmente, o governo afirmou que não teria disponibilidade para atender aos servidores. Apresentou no dia 22 de abril, somente a proposta de elevação do piso do agente de apoio para R\$ 755,00 e do agente de políticas públicas em R\$ 900,00, através de complementos.

As convocações do SINPEEM para o ato realizado em 24 de abril e para esta paralisação fizeram com que o governo realizasse reunião também no dia 25 de abril, quando apresentou as seguintes propostas:

- elevar o valor padrão inicial do agente de apoio de R\$ 440,39 para R\$ 755,00, com incidência do índice aplicado em todas as referências da tabela do Quadro do Nível Básico e pagar complemento para todos que ficarem abaixo do piso que será fixado em R\$ 1.132,50
- elevar o valor do padrão inicial da tabela do agente de políticas públicas (AGPP) de R\$ 645,74 para R\$ 920,00, com incidência do índice

aplicado em todas as referências da tabela do Quadro do Nível Médio e pagar complemento para todos os integrantes deste quadro que ficarem com remuneração abaixo do piso que será fixado em R\$ 1.372,80.

- aplicação de 11,46% como revisão geral da remuneração dos servidores, relativos aos anos de 2011 e 2012, da seguinte maneira:
 - a) dividir 11,46% em cinco parcelas iguais de 2%;
 - b) efetuar o pagamento da primeira parcela em maio de 2014 e as demais nos quatro anos seguintes: 2015, 2016, 2017 e 2018.
- pagar complemento de Piso para todo o servidor que tiver remuneração inferior a R\$ 1.132,50.

ENTIDADES REJEITAM PROPOSTA DE PARCELAMENTO DOS 11,46%

Logo após a apresentação das propostas do governo, o presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca, propôs a suspensão da reunião com o governo por alguns minutos para apresentar suas considerações e debater o posicionamento das entidades sobre a proposta do governo.

Indicou o fato de que a proposta não se refere à aplicação dos índices de revisão geral de 2011 e 2012; que não há retroatividade; que não houve apresentação de índice de revisão geral para 2013 e, ainda, que o pagamento de 11,46% em parcelas de 2% se arrastará até 2018, sem nenhuma garantia de que haverá reajuste relativo à data base até lá.

As entidades fecharam posicionamento e apresentaram ao governo a seguinte posição:

- reajuste geral relativo à data-base de 2013 com percentual de 6,55%, mais 11,46% relativos aos índices de 2011 e 2012, divididos, no máximo, em duas parcelas.
- pagamento da primeira parcela já em maio deste ano, junto com os 6,55%;
- elevação de cinco para sete salários mínimos o teto da remuneração para recebimento do auxílio-alimentação;
- continuidade das discussões e negociações dos demais itens da pauta unificada e das pautas específicas das entidades.



BOLETIM INFORMATIVO – 29/04/2013

SINPEEM QUER A PRIMEIRA PARCELA DO PDE EM JUNHO

A SME afirma que o PDE será pago, mas, até agora, não publicou o Decreto que dispõe sobre o valor e critérios para o pagamento do prêmio.

Como nos anos anteriores, o SINPEEM reivindicou que não sejam descontadas ausências decorrentes de licença médica, gala, nojo, abonadas e dispensas autorizadas pela SME. Não aceita, também, que os descontos ocorram desde o primeiro dia letivo, posto que as normas não foram fixadas e não poderão ser aplicadas retroativamente para prejudicar.

O PDE é pago com recursos próprios do Tesouro, vinculados ao percentual obrigatório para manutenção e desenvolvimento do ensino.

Enquanto não for incorporado aos padrões de vencimentos, o PDE deve ter o maior valor e não ser vinculado a qualquer indicador de desempenho. Esta é a posição do SINPEEM, que exige do governo o imediato anúncio dos critérios, valor e pagamento em junho.

NÃO AO MAIS EDUCAÇÃO COM OFICINEIROS

Em 2006, foram necessários 17 dias de Greve para fazer o governo voltar atrás no programa pré e pós-aula, comparado ao programa Mais Educação, agora anunciado pelo secretário Callegari.

Não concordamos com a parceria com ONGs, responsáveis pela contratação de oficinairos para trabalharem com os alunos. Defendemos o projeto da escola, executado pelos profissionais de educação da unidade.

GOVERNO MANTEVE REUNIÃO DO DIA 29/04 E AFIRMOU QUE APRESENTARÁ RESPOSTA ÀS REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES

Hoje é o dia em que o governo afirmou como data final para esta primeira fase de negociação, considerando o mês de maio, data-base dos servidores.

O SINPEEM tem posição clara quanto a esta negociação. Mesmo tendo o direito ao índice de 10,19%, conquistado através das lutas e negociações realizadas nos anos anteriores, não concorda em ficar sem a revisão geral de 2013, tampouco com o parcelamento de 11,46% em cinco parcelas, com a pri-

meira sendo paga em maio do próximo ano, conforme proposta do governo.

Na realidade, a proposta do governo implica somente em aplicar um total de 11,46% nos próximos cinco anos sem garantia de sequer repor a inflação de janeiro deste ano até abril de 2014 e dos anos seguintes.

Afirma que dependerá do comportamento da arrecadação da Prefeitura, mas adverte que há problemas no orçamento para elevação de gastos com pessoal.

ATO COM PARALISAÇÃO E ASSEMBLEIA PARA INÍCIO DA GREVE PELOS DIREITOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Haddad vetou nossas conquistas, não atende às reivindicações, deixa as condições de funcionamento das escolas piorarem com falta de professores e funcionários, continua a terceirizar e a implantar programas sem discutir com os educadores.

Para garantir os nossos direitos e condições de trabalho, vamos à luta!

ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS: SINPEEM QUER GARANTIA DE JEIF PARA TODOS QUE POR ELA OPTAREM E LOTAÇÃO NA UNIDADE ESCOLAR PARA TODOS

A implantação do ensino fundamental com duração de nove anos terá suas primeiras consequências no próximo ano. Haverá necessidade de mais professores de ensino fundamental I, com a redução da quantidade de aulas no ensino fundamental II. Não podemos admitir qualquer prejuízo para os professores e esta discussão não pode ficar para o próximo ano.

Desde já a SME tem de garantir os direitos dos educadores, apostar na escola de modelo pedagógico e na inclusão na Jeif, não vinculada exclusivamente à regência.

SECRETARIA QUER RESOLVER ATENDIMENTO À DEMANDA DA EDUCAÇÃO INFANTIL COM TURMA MISTA E SUPERLOTAÇÃO

Em vez de construir novas unidades para atender a demanda e também reduzir à quantidade de alunos/classe/grupo, a SME publicou Portaria para formação de turmas mistas, o que também aumenta a quantidade de crianças na educação infantil. Um verdadeiro absurdo, que piora ainda mais as condições de trabalho dos professores. Além disso, os projetos pedagógicos das escolas precisam ser respeitados, garantindo as especificidades de cada faixa etária. Queremos a revogação das Portarias nº 2.623/13 e nº 2.624/13.

EJA SEMESTRAL COM JORNADA E LOTAÇÃO ANUAL PARA O PROFESSOR

A SME tem anunciado que reorganizará a EJA por semestre. Mas, com isto, não podemos aceitar que o professor caia de jornada no meio do ano ou fique excedente.

O SINPEEM, não aceita colocar os direitos e remuneração dos educadores em risco em função da semestralidade.



SINPEEM
SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM
EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SP

HADDAD QUER PPPs NA EDUCAÇÃO SE ESTA PROPOSTA AVANÇAR, TODA A EDUCAÇÃO VAI PARAR

Durante a campanha eleitoral o prefeito Haddad criticou corretamente e prometeu desfazer as Parcerias Público Privadas, realizadas por Kassab na área da saúde. Mal completou cem dias e seu secretário de Finanças anuncia que ampliará as PPPs e fará parcerias também na educação. Não bastassem os convênios com organizações mantenedoras de CEIs, vem o governo com mais esta medida privatizante da educação. O SINPEEM é contra e convoca a categoria a reagir. Queremos o fim da terceirização e das parcerias. O SINPEEM defende que se esta proposta de Haddad avançar toda a educação deve parar!